

GERAL

Responsabilidade fiscal e responsabilidade social

Alexandre Padilha afirmou também que a combinação de responsabilidade fiscal e responsabilidade social é a chave fundamental para que o Brasil possa se reerguer na economia sem a população mais pobre sofrer com o aumento da inflação. "Queremos que (o presidente eleito) Lula possa liderar o País para azeituar um ciclo de crescimento que combine três coisas que só aconteceram durante o governo de Lula: crescimento econômico, diminuição da desigualdade e saúde das contas públicas", citou. Padilha avaliou que o grupo de economistas escolhidos para o governo de

transição (Persio Arida, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e André Lara Resende) é formado por profissionais que são "muito competentes e muito experientes".

"Certamente vão ouvir outros economistas para fazer um diagnóstico detalhado. Na transição, minha dedicação, pelo menos até outra missão, é para fazer diagnóstico da área da saúde", disse ele, que segue um dos cotados para assumir o Ministério da Fazenda. Momenos antes, ele havia dito: "Onde Lula achar que devo estar, eu vou estar. Sou deputado federal eleito."

Papel é fazer diagnóstico da tragédia que foi governo Bolsonaro, diz Padilha

Integrante da área de Saúde no governo de transição, o ex-ministro da Pasta e deputado federal Alexandre Padilha evitou comentar sobre o rombo do orçamento para a Saúde no ano que vem e disse que a equipe da área se reunirá pela primeira vez no período da tarde desta quinta-feira. "Como bom médico,

primeiro eu tenho que fazer diagnóstico. O papel da comissão de transição é se debruçar sobre o diagnóstico", disse. Ele informou que o grupo questionará o Ministério da Saúde sobre os dados, e que buscará os relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Conselho Nacional de Saúde (CNS) sobre o assunto.

PUBLICIDADE LEGAL

PGR pede ao Supremo arquivamento de três investigações sobre Bolsonaro

A vice-procuradora-geral da República Lindôra Araújo defendeu ao Supremo Tribunal Federal na quarta-feira, 9, o arquivamento de três pedidos de investigação contra o presidente da República, Jair Bolsonaro, por supostos crimes de incitação ao crime, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, violência política, racismo, peculato e prevaricação. Os pareceres foram enviados no final da tarde aos gabinetes dos ministros Dias Toffoli e Ricardo Lewandowski.

As manifestações se referem a condutas do chefe do Executivo em diferentes ocasiões: no Bicentenário da Independência, com suposto uso da "burocracia estatal" para

praticar atividade político-partidária; por suposto estímulo a "práticas violentas, de ódio e intolerância, contra brasileiros que professam pensamentos e ideologias diferentes", após o assassinato do petista Marcelo Arruda por um bolsonarista; e por manifestações homofóbicas e transfóbicas proferidas em Imperatriz, no Maranhão, em julho.

Com relação ao primeiro caso, Lindôra defendeu a rejeição do pedido de investigação feito por deputados da oposição sob o argumento de que não há "elementos informativos mínimos" que justifiquem a abertura de investigação contra Bolsonaro por causa de sua conduta no feriado de 7 de Setembro.

"A partir da análise da notícia-crime, não se constata a presença de indícios mínimos de apropriação ou desvio de recursos ou bens públicos, em proveito próprio ou alheio, por parte do Presidente da República no contexto de discursos proferidos em celebrações do bicentenário da independência do país", ponderou.

Com relação ao pedido de parlamentares de oposição, para que o presidente fosse investigado por declarações que incitariam a violência política, a vice-procuradora-geral da República argumentou que o pedido não reunia "condições necessárias para ensejar a instauração de Procedimento de Investigação Criminal". "Não há nenhum

nexo causal entre a conduta de Jair Messias Bolsonaro e os crimes exemplificados. Da leitura da representação inicial, não é possível observar mínimo liame entre o Presidente da República e Jorge José da Rocha Guarino, agente penitenciário federal denunciado como autor dos disparos que vitimaram Marcelo Arruda", registrou.

O último pedido de investigação partiu da deputada eleita Erika Hilton, após Bolsonaro afirmar: "O que nós queremos é que o Joãozinho seja Joãozinho a vida toda. A Mariazinha seja Maria a vida toda, que constituam família, que seu caráter não seja deturpado em sala de aula como queria aquele decreto de 2009...".

Em visita de Lula, Gilmar libera bens de Marisa Letícia retidos pela Lava Jato

Antes mesmo de terminar a primeira visita do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva ao Supremo Tribunal Federal (STF) ontem, 9, o ministro da Corte Gilmar Mendes determinou o desbloqueio de bens da ex-primeira-dama Marisa Letícia que haviam sido retidos pela Receita Federal com base no compartilhamento de informações da Operação Lava Jato.

Lula visitou a sede do STF ontem, 9, e se reuniu com dez ministros da Corte, incluindo Gilmar. O único a se ausentar foi Luís Roberto Barroso, que está no Egito para compromissos da conferência do Clima das Nações Unidas (COP-27). Como mostrou o Estadão, a previsão inicial era de que o petista se encontrasse apenas com a presidente do tribunal, ministra Rosa Weber, para discutir a necessidade de reatar os laços entre o Executivo e Judiciário após o esgarçamento dessa relação provocado pelo governo de Jair Bolsonaro (PL).

Gilmar atendeu a um pedido de Lula para ter acesso aos bens da ex-mulher, que morreu em 2017. O presidente eleito argumentou na petição ao STF que retenção do dinheiro depositado na conta da ex-primeira-dama em uma conta do banco Bradesco era ile-



gal, pois a decisão que sustou o acesso aos recursos se amparou em provas e informações obtidas pela extinta operação Lava Jato, sob o comando jurídico do agora senador eleito Sergio Moro (União Brasil-PR), que foi considerado parcial pelos ministros da Corte.

Na decisão, Gilmar reembrou parte do seu voto no julgamento que declarou Moro parcial para frisar que todas as

provas obtidas pelo ex-juiz da Lava Jato foram invalidadas pelo STF. "Uma vez declarada a nulidade do plexo probatório - como de fato o foi -, a manutenção da constrição de valores constantes em VGBL da falecida esposa do reclamante assume tonalidades de caprichosa e arbitrária perseguição", escreveu o ministro.

Monark tem canal do YouTube suspenso e chama ex-de-

putado 'Mamãe Falei' de ditador. O canal do youtuber Bruno Aiub, conhecido como Monark, foi suspenso na noite desta terça-feira, 8. Ele foi informado sobre a retenção enquanto fazia uma live com o ex-deputado estadual Arthur do Val, o Mamãe Falei, e se desentendeu com o ex-parlamentar a respeito das remoções de conteúdo nas redes sociais, chegando a chamá-lo de "ditador".

Dino nega que Lula e ministros do STF tenham conversado sobre orçamento secreto

O senador eleito Flávio Dino (PSB-MA) negou que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) tenham conversado, em reunião na tarde de ontem, 9, sobre a possibilidade de a Corte pôr um fim ao Orçamento Secreto, esquema de repasse de emendas criado pelo governo Jair Bolsonaro para ter sustentação no Congresso e revelado pelo Estadão.

"É claro que o Tribunal tem a sua autonomia institucional para decidir os processos que aqui estão, mas não houve por parte do presidente Lula nenhuma abordagem quanto a isso", afirmou Dino na saída do encontro no STF. De acordo com o ex-governador do Maranhão, o foco de Lula agora é a PEC da

transição - e isso teria sido ex-

posto aos ministros. Lula negocia a PEC com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), em um jogo político delicado. O líder do Centrão não quer abrir mão do Orçamento Secreto, atacado pelo petista durante a campanha. O melhor dos mundos para o presidente eleito, portanto, seria o STF proibir o mecanismo sem que ele precise se indispor com o Congresso antes mesmo de tomar posse. Dino afirmou que, "nos termos antes praticados", o Orçamento Secreto não vai continuar no novo governo. "Não há dúvida", assegurou. "Agora, você me pergunta, e uma repactuação sobre valores de emendas etc? O poder de emendamento do Orçamento está na Constituição. Ele portanto é razoável e compatível com tamanho do Brasil. Agora, isto

tem que se dar em princípios constitucionais, não pode ter segredo. O presidente Lula enfatizou que a visão dele é que a política tem que procurar resolver seus próprios problemas. E que, portanto, a chamada judicialização é uma espécie de mecanismo extremo", acrescentou Dino.

Sinal político - Cotado para o Ministério da Justiça, Dino afirmou que a visita tem o sentido de "encerrar a página da relação entre política e judiciário".

"A era de confrontação, xingamento e ameaças acabou", declarou Dino a jornalistas ao chegar ao STF, em referência indireta ao presidente Jair Bolsonaro, que protagonizou embates com o Judiciário ao longo do mandato. "É um sinal político importante", acrescentou, sobre a visita de Lula.

David Uip recusa convite para participar de equipe de transição do governo Lula

O senador Humberto Costa (PT-PE) confirmou que o médico David Uip não fará parte da equipe de transição do governo. Uip recusou o convite alegando questões pessoais. Segundo Costa, outro nome deve ser indicado, mas que não há nada definido até o momento.

A participação do ex-secretário do governo de São Paulo para integrar a equipe de transição na área de saúde havia sido divulgada na manhã de quarta-feira, 9, por Humberto Costa. Além do nome de Uip também foram anunciados o deputado federal Alexandre Padilha (PT-

SP) e os ex-ministros Arthur Chioro e José Gomes Temporão. Humberto Costa, foi ministro da Saúde na gestão Lula, e é o coordenador da área de saúde.

"A definição agora vai depender da coordenação geral", disse Costa, referindo-se ao grupo liderado pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin. O senador comentou ainda que a equipe de saúde não terá apenas sua coordenação, mas um trabalho compartilhado entre todos os seus integrantes. Ao Estadão, Humberto Costa disse que a expectativa do grupo é fazer, nos próximos 50 dias, um diagnós-

tico detalhado sobre a situação do ministério, desde execução de programas de vacinas, até detalhamento de orçamento e medidas que devem ser tomadas no curto, médio e longo prazos.

"Nossa expectativa é muito positiva. É uma comissão de alto nível, pessoas experientes. Temos um programa de governo elaborado de pessoas que compuseram a frente de governo a Lula. Vamos fazer o desdobramento desse programa e realizar um diagnóstico", disse Costa. "Nosso objetivo é preparar o terreno para quem vier a assumir o ministério."

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA NACIONAL DO TRANSPORTE ALTERNATIVO DO BRASIL, REALIZADA NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2022

Data, hora, local: 24.06.2022, 10hs, na sede social, Alameda Rio Negro, 585, Bloco A, conjunto 13, Alphaville Industrial, Barueri/SP. Presença: Totalidade dos acionistas. Presente, também, o Sr. Frederico Ferreira Pedrosa, brasileiro, casado, contador, CRC/MG 78.924/0, RG MG-6.808.504 SSP/MG, e CPF/MC 039.454.666-01, representante da empresa especializada Pedrosa & Contadores Associações Ltda., pessoa jurídica de direito privado, sediada em Belo Horizonte/MG ("Empresa Especializada"), para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Mesa: Presidente: Paulo Renato Della Volpe; Secretário: Wellington Saffir. Deliberações aprovadas: (i) a ratificação da nomeação da Empresa Especializada como empresa responsável pela avaliação do patrimônio líquido da TVPay Instituição de Pagamentos S.A., CNPJ/ME 35.210.436/0001-90, JUCESP NIRE 35300554132, sede em Barueri/SP ("TVPay"), a ser incorporada pela Companhia, pelo seu valor contábil, calculado com base no Balanço Patrimonial da TVPay levantado em 31.05.2022; (ii) o laudo de avaliação do patrimônio líquido da TVPay elaborado pela Empresa Especializada, nos termos do item (i) acima; (iii) o Protocolo e Justificação de Incorporação, celebrada em 24.06.2022 entre os administradores da TVPay e o seu sócio, o Sr. Frederico Ferreira Pedrosa, e a TVPay, para a realização da Incorporação da TVPay, com base no artigo 224 e 225 da Lei da S.A. ("Protocolo"), incluindo a relação de troca prevista; (iv) aprovação da Incorporação da TVPay pela Companhia, nos termos e condições estabelecidos no Protocolo acima aprovado, com a extinção da TVPay, passando a pertencer à Companhia todos os bens, direitos e obrigações da TVPay relacionados ou mencionados no laudo de avaliação, sendo que as variações patrimoniais verificadas na TVPay entre a Data e a presente data serão absorvidas pela Companhia, consignando que: (a) a Incorporação é realizada com aumento de capital no valor de R\$ 92.735,81, de modo que o Capital Social passa de R\$ 2.434.550,00 para R\$ 2.527.285,81, mediante a emissão de 1 nova ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 92.735,81, calculado com base no item I do §1º do artigo 170 da Lei nº 6.404/16; (b) as 483.914 ações de emissão da Companhia que eram de titularidade da TVPay são ora canceladas e substituídas por igual número de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia; (c) a Incorporação é realizada com relação de 1:1.0000067, sendo as novas ações emitidas nos termos dos itens (a) e (b) acima atribuídas aos acionistas / subscritoras e integralizadas pelos administradores da Companhia, em benefício de seus acionistas, nos termos da referida relação de substituição e das demais condições previstas no Protocolo; (d) a Cláusula 5º do Estatuto Social passa a vigorar a seguinte nova cláusula: "Artigo 5º O capital social da Companhia é de R\$ 2.527.285,81, dividido em 2.565.051 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. §1º: Cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações sociais." (e) por força da Incorporação, a TVPay será extinta e suas ações canceladas, sendo sucedida pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, faculdades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades de sua titularidade, patrimônios ou não patrimônios; (f) nos termos do artigo 234 da Lei 6.404/16, a certidão da Incorporação passada pelo Registro de Empresas será documento hábil para a averbação, nos registros públicos e privados competentes, da sucessão universal pela Companhia em todos os bens, direitos, pretensões, facultades, poderes, imunidades, ações, exceções, deveres, obrigações, sujeições, ônus e responsabilidades da TVPay. Encerramento: Nada mais. Data: 24.06.2022. Acionistas: TVPay Instituição de Pagamentos S.A., Paulo Renato Della Volpe; e Alexandre Ferrari. JUCESP nº 642.255/22-2 em 31.10.2022. Gisele Simiña Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0100/22 - Objeto - Aquisição de equipamentos permanentes (informática e escritório) e 01 (um) veículo, através da Emenda Parlamentar nº 14018.97400/1180-07, conforme descritivo do anexo I desse edital, do tipo MENOR VALOR UNITÁRIO DO ITEM. CADASTRAMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS INICIAIS: Cadastro de Propostas Iniciais: 09:00 horas do dia 11/11/22 até às 09:00 horas do dia 25/11/22. Abertura de Propostas Iniciais: 25/11/22 às 09:05 horas. O Edital na Integra encontra-se à disposição dos interessados no site: www.bbmm-netlicitacoes.com.br ou solicitado pelo e-mail: pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br. Para maiores esclarecimentos e informações pelos telefones: (11) 4039-8384/4039-8326 ou diretamente na Diretoria de Administração desta Prefeitura, no horário das 09 às 16 horas, na Avenida Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro, Campo Limpo Paulista, de segunda à sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

Alyne Silva Sousa
Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acham abertos os pregões eletrônicos (0x12) 3621.6022, e/ou Avenida Tiradentes nº 120, Centro, Taubaté/SP CEP 12030-180, mês de novembro de 2022, para a contratação de empresas especializadas em serviços de limpeza urbana, com encerramento dia 18hs, valor R\$ 2,45 (quarenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) o dia 29 e cada edital com referência à Prefeitura. Os edital também estarão disponíveis sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br.

Pregão eletrônico Nº 439/22, que cuida da contratação de empresa especializada na elaboração de Projetos de segurança e combate ao incêndio e prevenção, atendendo as normas vigentes, no que diz respeito, para aprovação documental junto ao Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, com encerramento dia 29.11.22 às 08h30.

Pregão eletrônico Nº 442/22, que cuida do registro de preços para eventual aquisição de material de apoio técnico para as unidades de Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º aos 5º anos) do Sistema Municipal de Ensino de Taubaté e material didático individual para o aluno, para o Projeto Ponto-a-Ponto, pelo período de 12 meses, improrrogáveis, com encerramento dia 29.11.22 às 12h00.

PMT, ass 11.11.2022.
JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

AVISO DE EDITAL

Pregão Eletrônico nº 193/2022

Objeto: Registro de Preços de produtos de higiene infantil para serem usados nas Creches Municipais e Subvencionadas da rede Municipal pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Ciência Tecnologia e Inovação - Abertura da sessão: 00:00 horas - 10/11/2022 e Início das ofertas eletrônicas: www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos e obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-RW, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba - SP, nos diárias úteis, no horário das 08:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama - Secretário Municipal de Administração e Modernização

Itaquaquecetuba, 10 de novembro de 2022.

Documento assinado